

Fundo tem muito pouco a dar

ARNOLFO CARVALHO
Enviado Especial

Nova Iorque — A reunião dos ministros de Finanças dos 146 países-membros do Fundo Monetário Internacional (FMI), que começa neste final de semana em Washington, deverá resultar em muita reclamação e pouca decisão, de acordo com as expectativas que aparecem na imprensa e com opiniões de banqueiros nos Estados Unidos: no centro das questões está o problema de sempre, representado pela escassez de dinheiro para socorrer as nações superendividadas.

O plano de aumento dos recursos do FMI tende a ser derrubado no Congresso americano, ao mesmo tempo que aumenta a irritação dos países em desenvolvimento com a continuidade da política econômica de Ronald Reagan: o déficit público de US\$ 200 bilhões continua pressionando para cima as taxas internacionais de juros, enquanto a supervalorização do dólar dificulta a vida dos tomadores de empréstimos, sem muita margem para pagar suas dívidas com os ganhos das exportações.

Da mesma forma que a dívida mexicana polarizou as atenções na assembleia do FMI no ano

passado, agora é a insolvência brasileira que preocupa, embora um pouco menos do que os débitos da Argentina e da Venezuela. Banqueiros consultados nesta segunda-feira em Nova Iorque são unânimes em afirmar que o governo brasileiro tem apenas mais alguns dias para resolver o problema dos pagamentos atrasados de juros ao exterior, caso contrário o país corre o risco de ter seu default requerido por algum credor mais impaciente.

Mas sobre isso nada poderá ser feito a nível da reunião conjunta do FMI e do Banco Mundial. A agenda oficial não tem praticamente nada de importante a curto prazo, devendo as discussões permanecerem em torno do papel político do Fundo e da ameaça de desestabilização social que suas receitas de política econômica provocam sobre as economias dos membros "assistidos". Para complicar, a assembleia deverá ser marcada pelas divergências entre países ricos e pobres, enquanto a direção do FMI se preocupa com a chamada "questão do acesso" (aos créditos favorecidos).

BLOQUEIO

Os industrializados já bloquea-

ram um pedido das nações pobres que queriam uma nova emissão de DES (Direitos Especiais de Saque, ou moeda invisível do FMI), sob o argumento de que isso ainda não é necessário e só viria reativar a inflação no primeiro mundo. Estes países ricos também não estão dispostos a aumentar a capacidade de empréstimo do Banco Mundial o governo Reagan acha que o banco pode se virar com um aumento de apenas US\$ 3 bilhões, que não chega nem perto dos US\$ 17 ou US\$ 20 bilhões propostos pelos países pobres. De qualquer forma, a briga só será resolvida mesmo por volta de maio do próximo ano.

Com isso, a questão principal na agenda da reunião do FMI/Banco Mundial ficou sendo um item paralelo: uma vez aumentados os recursos globais disponíveis, o FMI deve ou não ampliar também a quantia que os membros individualizados podem tomar emprestado? Esta Access Question, no jargão dos funcionários do FMI, gira em torno de números: pelas regras atualmente em vigor, os países endividados só podem obter anualmente o equivalente ao máximo de 150 por cento de suas cotas de participação naquele organismo, enquanto os créditos ampliados (do tipo que o Brasil obteve no ano passado) não podem ultrapassar 450 por cento ao longo de três anos.

Mas o volume global de recursos disponíveis no Fundo está programado para sofrer um aumento de 47,4 por cento: logo, se for mantida a regra atual, o volume em dólares de cada saque seria substancialmente elevado em 1984. Os Estados Unidos não querem ver isto acontecendo: preferem baixar de 150 por cento para cerca de 102 por cento de cada quota o limite de saques que poderão ser efetuados por cada país-membro. Tudo indica que as negociações em curso entre os países industrializados devem terminar com um compromisso próximo à proposta americana.

Além desta questão do acesso aos créditos do Fundo, os observadores acham que os Estados Unidos sofrerão pressões crescentes para se juntarem aos demais países que estão pedindo uma nova rodada de contribuições em favor da Associação de Desenvolvimento Internacional (IDA), que é uma subsidiária do Banco Mundial encarregada de conceder créditos favorecidos (sem juros) de longo prazo aos países mais pobres do terceiro mundo. Até agora o governo Reagan aceitou entrar com apenas US\$ 750 milhões — o que significa uma forte redução em relação ao total de US\$ 1,1 bilhão proposto anteriormente pelo governo Carter. Esta questão também deve ser postergada até o próximo semestre, quando se reunirá o comitê interino do Banco Mundial.